

Em defesa da formação continuada de professores como atividade intelectual: argumentos a partir de Antonio Gramsci

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.3.9813>

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani¹, Viviane Fátima Lima do Prado²

Resumo: O texto objetiva apresentar argumentos em defesa da formação continuada de professores como atividade intelectual, a partir de excertos do pensamento de Antonio Gramsci (1891 – 1937). Os argumentos ganham corpo considerando uma pesquisa descritiva, edificada em uma metodologia dialética, com procedimento analítico reconstrutivo e amparada por uma revisão bibliográfica. Como eixo condutor da narrativa, observou-se a leitura crítica de parte da obra de Gramsci, em razão do conceito de intelectual e do emparelhamento de tal conceito a formação continuada de professores, considerando tal ação como uma atividade intelectual. Em seu desenvolvimento, o texto discute o conceito de intelectual em Gramsci e as razões pelas quais ele se aplicaria a atividade laboral docente. Conclui identificando no professor, a figura de um intelectual orgânico, tal qual proposto por Antonio Gramsci, mas assevera que, diante de ações que colidem com a atividade laboral, incluindo a formação continuada, como uma atividade intelectual, é necessário reforçar argumentos e denunciar pautas que subtraem do professor tal atividade.

Palavras-chaves: Antonio Gramsci, intelectual, formação continuada de professores.

In defense of continuing teacher education as an intellectual activity: arguments based on Antonio Gramsci

Abstract: The text aims to present arguments in defense of continuing education for teachers as an intellectual activity, based on excerpts from the thought of Antonio Gramsci (1891 – 1937). The arguments are developed considering a descriptive research, built on a dialectical methodology, with a reconstructive analytical procedure and supported by a bibliographical review. As a guiding axis of the narrative, a critical reading of part of Gramsci's work was observed, due to the concept of intellectual and the pairing of such concept with continuing education for teachers, considering such action as an intellectual activity. In its development, the text discusses the concept of intellectual in Gramsci and the reasons why it would apply to the teaching work activity. It concludes by identifying the teacher as the figure of an organic intellectual, as proposed by Antonio Gramsci, but asserts that, in the face of actions that conflict with the work activity, including continuing education, as an intellectual activity, it is necessary to reinforce arguments and denounce agendas that remove such activity from the teacher.

Keywords: Antonio Gramsci, intellectual, continuing teacher training.

Introdução

¹ Doutora em Educação. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo – UPF. Pesquisadora Pq-CNPq. <https://orcid.org/0000-0002-6918-2899>

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo – UPF. Professora da Rede Pública Municipal de Passo Fundo. <https://orcid.org/0009-0009-8182-8312>

A formação continuada de professores, ou formação docente continuada, tem se consubstanciado como a fonte inspiradora para diversos trabalhos de pesquisa, orientação para inúmeros ensaios teóricos e motivo de preocupação permanente para os envolvidos diretamente em tal processo (instituições formadoras, gestores e, sobretudo, os próprios professores).

Ao ocupar-se dos processos através dos quais os professores embasam, individual ou coletivamente, suas experiências e saberes, a formação é dividida, grosso modo, em inicial e continuada. Porém, para o desenvolvimento dos argumentos do texto em tela interessa, particularmente, a formação continuada, concebida como aquela que tem lugar em momento concomitante ou posterior a formação inicial. Assim, temos a formação continuada como um prolongamento necessário (processual e contínuo) da própria formação inicial, algo intrínseco ao ato da docência como profissão. Justo por esta razão, investigar práticas de formação continuada incide, pois, em investigar a própria materialidade da docência e suas bases epistemológicas.

Ocorre que a formação continuada de professores tem sido tratada, em algumas redes e sistemas de ensino, como uma atividade meramente instrumental e basista, caracterizada por práticas como: a) profusão de *lives* e o uso massivo de formatos virtuais, onde a interação é mínima e o posicionamento do professor ‘em formação’ é de escuta e recepção; b) adoção de temáticas generalizantes, como ‘tecnologias’, ‘futuro da educação’, ‘novas metodologias de ensino’, ‘criatividade’, ‘competências’, ou qualquer outro tema genérico, sem atenção às especificidades ou ao cotidiano laboral real dos professores; c) utilização de difusores, onde alguns sujeitos – em geral coordenadores pedagógicos ou professores especialistas -, são alocados em eventos formativos, com a incumbência de repassar as (in)formações para os seus pares na escola; d) contratação de assessorias, em geral empresas privadas, que organizam formações a partir de estruturas conformadas sem vínculo ou conhecimento efetivo da realidade do território e/ou da rede a qual se destina a formação, acompanhadas de pacotes formativos semiestruturados e, e) palestras motivacionais que apelam para a lógica do engajamento corporativo e a evocação de sentimentos que mobilizam a subjetividade, utilizados como recursos de formação profissional.

As formatações de formação continuada aqui exemplificadas, se por um lado alinham-se às políticas de regulação presentes, de muitas maneiras, no cenário educacional contemporâneo, alimentadas pela expectativa de controle do trabalho docente, por outro lado ferem a premissa do professor como um intelectual.

Isto porque as formatações exemplificadas são ações alinhadas a políticas de regulação informadas sobre redes e sistemas públicos de ensino, que ‘atacam’ ou desconstroem a premissa

do professor como intelectual. Ocorre que as políticas de regulação têm pautado as agendas da educação contemporânea, a partir de diversas práticas e variadas denominações...

Demandas por accountability, gerencialismo, governança, gestão compartilhada, gestão por resultados, empreendedorismo e inovação foram e continuam sendo predominantes nessa trajetória, [...] Tais demandas estão articuladas em um projeto educacional que procurou definir e controlar um padrão de qualidade, suposto como fundamentado em critérios de eficiência e excelência baseados em evidências do sistema educacional, a partir do estabelecimento de metas de indicadores de desempenho (rankings e bonificações, agregados ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica [IDEB]) (Cunha; Lopes, 2022, p. 02)

Assim, conceitos como accountability, gerencialismo, performatividade, empreendedorismo e responsabilização; opções por serviços educacionais terceirizados ou privatizados no lugar de concursos públicos (na contramão do Art. 37, inciso II, Brasil, 1988); avaliações em larga escala e produção de rankings; centralização curricular; materiais didáticos apostilados; “controle das agências formadoras do magistério, via base nacional da formação de professores” (Freitas, 2018, p. 104); precarização do trabalho docente, práticas de premiação e bonificação, além de “novas formas de subjetivação” (Dardot; Laval, 2016); ‘quase-mercado’ (Barroso, 2005), dentre outros movimentos, compõem a própria materialidade do cenário das políticas de regulação da educação vigentes, onde...

Desde meados dos anos de 1990, os investimentos em discursos acerca da educação pública nacional agem na direção de professores e de professoras em dois sentidos, responsabilizando os e as docentes pelo insucesso nos índices de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, e, ao mesmo tempo, os colocando com exclusividade na tarefa de reverter o cenário de reprovações e de fracasso escolar (Anadon; Silva, 2023, p. 03)

Esse conjunto de movimentos e os atores que capitaneiam ou sustentam tais movimentos, acertam o “tom na construção de um projeto hegemônico de educação no Brasil” (Chagas; Luce, 2020, p. 4) que parece, em muitos episódios empíricos, caminhar largamente para a preeminência das políticas de regulação.

Mesmo sendo um conceito polissêmico, a regulação pode ser definida em “[...] dois tipos de fenômenos diferenciados, mas interdependentes: os modos como são produzidas e aplicadas as regras que orientam a ação dos atores; os modos como esses mesmos actores se apropriam delas e as transformam”. (Barroso, 2006, p. 12, mantida a grafia original). Em relação as redes e sistemas educacionais, Barroso (2006) indica três concepções de regulação: “a) a regulação transnacional; b) a regulação nacional e c) a regulação local” (Barroso, 2006, p. 56).

As políticas de regulação mais incidentes no Brasil são as políticas de regulação por resultados, amparadas em toda sorte de avaliações em larga escala. Mas o fenômeno não é necessariamente ‘novo’, uma vez que no Brasil “políticas que requisitam da escola e dos sistemas de ensino a produção de resultados, cujo motor é a avaliação de desempenho dos estudantes articulada com outras medidas de accountability (prestação de contas e responsabilização), são empreendidas desde os anos de 1990” (Nardi; Lagares; Bearzi, 2023, p.03).

Ocorre que as políticas de regulação estão mostrando faces cada vez mais criativas e, em tal movimento, de alguma forma colidem com indicadores como autonomia (do professor, da escola), participação ampliada na tomada de decisões administrativas e, sobretudo, pedagógicas, diálogo entre a gestão e os membros da comunidade escolar, ou seja, as políticas de regulação têm, cada vez mais, evidenciado embates com alguns indicadores que compõem o princípio da gestão democrática do ensino público.

De tal modo, o objetivo do texto reside em apresentar argumentos em defesa da profissão docente – consubstanciada também pela formação continuada de professores -. como atividade intelectual, a partir de excertos do pensamento de Antonio Francesco Gramsci (1891, Ales/Itália – 1937, Roma/Itália).

Por fim, cumpre informar que o texto apresentado é parte integrante de um contexto amplo de pesquisa, que objetiva contribuir para a discussão de políticas e mecanismos institucionais de gestão da educação em redes e sistemas públicos de, enquanto pauta importante na composição da agenda educacional.

Fundamentação teórica

O pensamento de Antonio Francesco Gramsci (1891, Ales/Itália – 1937, Roma/Itália) apresenta uma importante contribuição ímpar acerca do conceito de intelectual. A obra do filósofo italiano é referência sobre o assunto, parametrizando leituras, sobretudo em correntes de pensamento progressistas. Nesta seção aplicaremos, como possibilidade reflexiva, o conceito de intelectual gramsciano à figura do professor e ao trabalho docente.

Os escritos de Gramsci, referendados por seus comentadores, iluminam o conceito de intelectual, dividido entre intelectual tradicional e orgânico. De forma bastante didática, Montañó e Duriguetto informam, acerca do primeiro, que...

o intelectual tradicional se vincula a instituições que o capitalismo herda de formações sociais anteriores (como as Igrejas e o sistema escolar); pertence assim a uma entidade não diretamente classista (como o professor universitário, vinculado a um aparelho de hegemonia), podendo ele apresentar

uma orientação conservadora ou revolucionária (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 112).

Por seu turno, o intelectual orgânico seria “criado por cada classe social, pertence organicamente a uma classe (tanto ao proletariado como a burguesia, como um dirigente sindical, ou um administrador de uma empresa) que serve para lhe dar consciência e conquistar ou manter sua hegemonia” (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 112).

Em face desta primeira compreensão, o professor parece estar mais relacionado ao conceito de ‘intelectual orgânico’ pois, oriundo de uma classe laboral, identifica-se com a mesma e lhe dá sustentação narrativa.

Outro comentador do pensamento gramsciano assim evidencia o conceito:

São orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (Semeraro, 2006, p.377-378).

Tomando novamente o pensamento original de Gramsci acerca do tema, devemos entender por intelectuais os sujeitos partícipes de “[...] todo o extrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo” (Gramsci, 2002, p. 93). Em razão de tal entendimento, a atividade docente é, por natureza, intelectual, posto que o professor exerce uma função social de organização, em ações que são inerentes ao seu cotidiano laboral, como ao planejar e executar a aula; organizar, aplicar e corrigir avaliações, ou participar do processo de gestão escolar através de associações e coletivos ampliados, organizando assim, o processo de transmissão de conhecimento intergeracional.

Além do mais, o professor compõe uma categoria ou classe profissional distinta pela formação e também exercício da cultura em um sentido ampliado. Justo por tal característica, o professor se enquadraria nos dois sentidos de intelectual, uma vez que:

Ao substantivo Intelectuais podem ser atribuídos dois sentidos principais, aparentemente semelhantes, mas substancialmente diferentes. Em primeiro lugar, ele designa uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e competência, científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas [...] uma segunda acepção, mais vulgar na publicidade de atualidade literária e política, para a qual Intelectuais são os escritores "engajados". Por extensão, o termo se aplica também a artistas, estudiosos, cientistas e, em geral, a quem tem adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates públicos. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1992, p. 637)

Antonio Gramsci (2001, 2000) sustentava que os intelectuais são sujeitos capazes de produzir um discurso que influencia a organização da sociedade e da cultura, pois “[...] não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (Gramsci, 2001, p. 104).

De tal modo, de forma inerente a sua função, os professores apresentariam as condições para elaborar e difundir discursos especializados de reflexão e compreensão acerca não apenas do seu cotidiano laboral, como também das áreas as quais se dedicam ensinar, analisando que

[...] todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (Gramsci, 2000a, p. 53).

Portanto, o intelectual tem um papel de extrema relevância na organização das sociedades, visto que ele traduz compreensões acerca das dinâmicas sociais, colaborando na elaboração de uma visão organizada de mundo. Em relação ao tema, Gramsci afiança que:

A elaboração de uma visão organizada de mundo não se faz arbitrariamente em torno de uma ideologia qualquer, vontade de alguma personalidade, de grupos fanáticos filosóficos ou religiosos. A não adesão ou adesão da massa a uma ideologia demonstra a crítica da racionalidade histórica dos modos de pensar. As construções arbitrárias são as primeiras a serem eliminadas na competição histórica; já as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre por se impor e prevalecer, ainda que atravessem muitas fases intermediárias nas quais a sua afirmação ocorre apenas em combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas (Gramsci, 1999, p. 111).

Na construção de uma narrativa sobre o mundo, na elaboração das visões que assinalam a interpretação do mundo, os intelectuais tem um papel marcante, costurando compreensões, produzindo interpretações e tornando a realidade mais palatável para o conjunto da sociedade.

Metodologia

Os argumentos expostos no texto ganharam corpo a partir de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, onde o fenômeno da formação continuada de professores foi analisado a partir do cotejo com elementos como o conceito gramsciano de intelectual e o contexto situacional de políticas de regulação.

Tal pesquisa descritiva foi edificada a partir de uma metodologia dialética, com procedimento analítico reconstrutivo e amparada por uma revisão bibliográfica. Importante indicar que:

Os estudos de revisão bibliográfica caracterizam-se pelo uso e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, teses, dissertações e artigos científicos; sem recorrer diretamente aos fatos empíricos. Portanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se de fontes secundárias, ou seja, das contribuições de autores sobre determinado tema (Cavalcante; Oliveira, 2020, p. 85)

Como eixo condutor da narrativa, observou-se a leitura crítica de parte da obra de Antonio Gramsci, em razão do conceito de intelectual e do espelhamento de tal conceito com a formação continuada de professores.

Na revisão bibliográfica encetada, também foram incorporados diálogos com autores críticos e contemporâneos, visando compor uma narrativa atual sobre o fenômeno em estudo, informando elementos do contexto de desenvolvimento de ações e políticas de formação continuada de professores.

Resultados e Discussão

Como prólogo da seção, importa justificar que consideramos a formação continuada de professores como atividade inerente a profissão docente, compreendida como “uma construção profissional que se dá de forma progressiva e contínua; ao desenvolvimento de competências e da identidade profissional que se inicia na profissionalização e prolonga-se ao longo de toda a carreira” (Gorzoni; Davis, p.1403), em um movimento onde “os professores devem assumir-se como produtores de sua profissão, criando referências que iluminem seu pensar e seu agir, um processo que pressupõe autonomia” (Gorzoni; Davis, 2017, p.1403).

Assentado o conceito de profissão docente e suas condições atinentes – entre as quais a formação continuada - ele parece, de imediato, vincular-se a ideia de intelectual em Gramsci, indicando a pertinência do emparelhamento proposto e refutando, de forma tendencial, mecanismos e ações de políticas de regulação, uma vez que tais políticas, sustentadas pelo controle externo do trabalho docente, colidem com a premissa do professor como um intelectual, pela natureza da sua atividade laboral.

Nos apoiamos Gramsci para evidenciar que...

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência [...] tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos

intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isso significa que, [...] é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não intelectuais. [...] Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens (Gramsci, 2000, p. 52-53)

Em resumo: não existem ‘não-intelectuais’, mas, no caso da atividade laboral docente, o peso maior da atividade incide sobre a elaboração intelectual assinalando, de forma incontestada, o professor como um intelectual. Isto porque, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 2000, p. 18). Por conta disso, há que se garantir que os professores exercitem permanentemente sua função de intelectuais, lhes garantindo espaços de narrativa, participação e crítica, pois um intelectual, para Gramsci, tem o condão de organizar e organizar-se, mobilizar, refletir e, em última instância, conduzir.

Justo por tal motivo, nos parece inoportuno – para dizer o mínimo -, todo e qualquer movimento de formação continuada que desconsidere realidades factíveis e empíricas, pois “é no espaço concreto da escola, em torno de problemas pedagógicos ou educativos reais, que se desenvolve a verdadeira formação do professor” (Nóvoa, 2000, p.33). Ou seja, movimentos generalizantes, assessorias vindas ‘de fora’, temas e temáticas alheias as reais necessidades do professor, colidem com uma reflexão orgânica e, portanto, intelectual.

Mas, cada professor seria um intelectual simplesmente por estar na docência? Se consideramos a profissão docente, a resposta seria sim. Alinhando a pergunta aos escritos carcerários de Gramsci, acompanhamos sua indagação: “os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?” (Gramsci, 2000, p. 15).

A resposta vem na sequência, quando Antonio Gramsci assevera que:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (Gramsci, 2000, p. 15)

Portanto, o simples fato de um professor ser ‘professor’ não faria dele um intelectual, mas o caráter identitário da profissão docente e suas ações inerentes essas sim, teriam o condão e a força necessária à forja de intelectuais.

Gramsci explica o erro de interpretação da questão, quando vinculamos o intelectual exclusivamente a suas atividades, desconsiderando o cenário contextual no qual ele desenvolve essas mesmas atividades, informando que:

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais (Gramsci, 1989, p. 6-7).

Por tal motivo, um professor não é um intelectual longe de um cenário de organização de sua atividade, considerando funções intelectuais. Isto porque, para o filósofo sardenho, “o verdadeiro filósofo é -e não pode deixar de ser -nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte” (Gramsci, 2001, p. 413).

Ou seja,

O trabalho intelectual em Gramsci não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico ou filosófico, de maneira que a disseminação do saber, os processos de organização e de direção das instituições e dos movimentos sociais são considerados, também, facetas desse processo de organização da cultura. (Vieira, 2008, p. 76).

Portanto, aplicando tal leitura ao caso empírico que motiva a presente reflexão, quando se retira do professor a capacidade de decidir, de forma autônoma, como vai agir em sala de aula, ou quando se instalam mecanismos de vigilância e controle do que há de mais intelectual na atividade laboral docente, ou seu desempenho em sala de aula, se retira do professor a condição de intelectual, emparelhando sua atividade a uma atividade de puro ‘esforço muscular-nervoso’.

Considerações finais

O texto apresentado desenvolveu-se a partir do diálogo com excertos da obra de Antonio Gramsci, em relação com autores contemporâneos, discutindo o conceito de intelectual em Gramsci e as razões pelas quais ele se aplicaria a atividade laboral docente, em especial a formação docente continuada ou formação continuada de professores, considerando ainda argumentos de defesa da profissão docente como uma atividade intelectual.

Nutrida pelas reflexões organizadas a partir da pesquisa bibliográfica elaborada, a conclusão converge para identificar, no professor, a figura de um intelectual orgânico, tal qual proposto por Antonio Gramsci.

Mas, diante das ações de gestão atuais, que incidem sobre práticas de formação continuada de professores que tendem fortemente para políticas de regulação e que, por seu turno, chocam com a profissão docente como uma atividade intelectual, é necessário reforçar argumentos e denunciar eventuais pautas que subtraíam do professor justamente essa atividade intelectual, uma vez que “os intelectuais devem ser governantes e não governados, construtores de ideologias para governar os outros e não charlatões que se deixem picar e envenenar pelas próprias serpentes” (Gramsci, 2001, p. 284). Portanto, que seja garantido e respeitado o papel do professor como intelectual.

Referências

- ANADON, S. B.; SILVA, S. G. DA .. Políticas de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional Docente: uma estratégia de governamentalidade neoliberal empresarial . *Educar em Revista*, v. 39, p. e88029, 2023.
- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial- Out. 2005.
- BARROSO, João (org). A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores / organização de João Barroso; com a colaboração de Sofia Viseu. - Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2006. - 262 p.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. Trad. de Carmen C. Varrialle et al. 4. ed. Brasília-DF: Editora da UNB, 1992.
- CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020
- CHAGAS, Â. B.; LUCE, M. B. Reforma do Ensino Médio no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil): alinhamentos e resistências. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2014653, p. 1-21, 2020.
- CUNHA, V. P. da.; LOPES, A. C. Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática. *Educação & Sociedade*, v. 43, p. e258252, 2022.
- DARDOT, P.; LAVAL, C.. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, v. 2 - Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- GORZONI, S. D. P.; DAVIS, C.. O conceito de profissionalidade docente nos estudos mais recentes. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 166, p. 1396–1413, out. 2017.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.

NÓVOA, A. (org.). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2000.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. Caderno Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

VIEIRA, CarlosEduardo. Intelegramsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. Revista Brasileira de História da Educação.v. 8, nº 1, 2008

Fontes de fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Submissão: 15/10/2024. **Aprovação:** 02/12/2024. **Publicação:** 18/10/2024